

MP Digital

A Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital) foi instituída no âmbito do CNMP mediante Resolução nº 257, de 14 de março de 2023.

O MP Digital integra a estrutura da Comissão de Planejamento Estratégico - CPE (art. 3º) e visa estabelecer eixos de atuação do CNMP que possam contribuir para fomentar a inovação digital em todo o Ministério Público, tendo como diretrizes fortalecer a identidade nacional; zelar pela autonomia institucional das unidades e ramos; promover a atuação orientada por dados; e fomentar a atuação integrada e colaborativa.

Por ocasião da 17ª Sessão Ordinária de 2023, realizada em 14 de novembro, o Plenário do CNMP aprovou a Proposta de Resolução que institui a Política Nacional do Ministério Público Digital - MP Digital (Resolução CNMP nº 276, de 28 de novembro de 2023).

A proposição foi apresentada pela CPE e define os instrumentos que serão utilizados para promover a integração e a inovação no Ministério Público, quais sejam, a Plataforma MP Digital e Rede Nacional de Inovação Digital.

Plataforma MP Digital

A Plataforma denominada MP Digital compreende um conjunto de serviços e estruturas voltados à integração digital do Ministério Público, incluindo: i. Base de Dados Processuais; ii. Catálogo de Bases de Dados; iii. Catálogo de Soluções Digitais; iv. Catálogo de Serviços de Integração; v. Catálogo de Contratações de Tecnologia da Informação; vi. Catálogo de Desafios.

Com o intuito de viabilizar a construção dessa Plataforma, foram criados Grupos de Trabalho (GTs) multidisciplinares com representantes das áreas finalísticas e de TI para planejar, implementar e implantar cada módulo com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP.



- O Catálogo de Soluções Digitais, de Contratações e de Desafios já foram desenvolvidos e estão em fase de homologação (teste) por alguns usuários dos ramos e unidades (área técnica e negocial). O objetivo é verificar a eficácia da solução proposta, realizar testes, além de identificar e corrigir possíveis falhas para, em seguida, prosseguir com a implementação em outras unidades.
- A arquitetura tecnológica da base de dados processuais já foi definida pela STI/CNMP, com apoio do SERPRO e da Microsoft, e atualmente está em fase de testes em sete Ministérios Públicos. O objetivo é avaliar a eficácia da solução, realizar ajustes necessários e, posteriormente, expandir a implementação para as outras unidades. Trata-se de um mecanismo eletrônico de compartilhamento de dados de processos e procedimentos relativos à atuação institucional dos ramos e unidades, objetivando a eliminação do envio periódico ao CNMP, como preconizado pela [Resolução CNMP nº 74, de 19 de julho de 2011](#), que disciplina a sistemática de coleta de informações sobre a atividade funcional e administrativa do Ministério Público.
- O GT e a STI estão trabalhando no desenvolvimento do DataMash, uma estrutura destinada ao armazenamento e compartilhamento de bases de dados entre os ramos e unidades do MP e o CNMP. A arquitetura deste ambiente, já definida, inclui medidas de segurança e criptografia, permitindo que cada MP possua um espaço próprio para armazenar e compartilhar dados. Além disso, no segundo quadrimestre está previsto o lançamento de um banco nacional de dados de pessoas suspeitas de integrar organizações criminosas, iniciativa conjunta da Presidência do CNMP e dos Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo, Paraíba e Acre.

Congresso Nacional de Inovação e Tecnologia



Nos dias 19 a 21 de junho de 2024, a CPE realizará a 2ª edição do Congresso Nacional de Inovação e Tecnologia do Ministério Público, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Além de palestras com especialistas renomados na temática, o evento contará com a “VIII Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia do Ministério Público”, que tem por objetivo promover a troca de experiências e de soluções tecnológicas entre os ramos e unidades.

O encontro segue a estratégia do ano de 2023, trazendo renomados profissionais, experts em criatividade, inovação e tendências no mundo do trabalho como Wesley Vaz, Martha Gabriel, Thiago Mattos; e de Christian Wolthers.

Saiba mais:

CNMP promove o 2º Congresso de Inovação e Tecnologia do Ministério Público e a VIII Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia

VIII Mostra de Soluções de TI e Inovação

Neste ano, a Mostra de Sistemas trará a apresentação de casos (projetos, aplicações, sistemas e outras iniciativas) que foram objeto de visitas técnicas realizadas pelo MP Digital, além daquelas descritas em levantamentos oficiais (ofício-circular nº 57/2023/CPE), nas temáticas 'Tecnologias Emergentes (IA, IA Generativa)'; 'Soluções área-meio'; 'Soluções área-fim'; e 'Estratégia, Planejamento e boas-práticas'.

As iniciativas selecionadas foram divulgadas no Edital CPE nº 1/2024. Acesse [aqui](#).

Saiba mais:

CNMP divulga iniciativas selecionadas para a VIII Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia do Ministério Público

Fábrica de futuros – pensando o MP do amanhã

Antecedendo o congresso, em 19 de junho, das 14h às 17h30, ocorre a “Fábrica de futuros – pensando o MP do amanhã”, uma oficina destinada a promover uma reflexão coletiva sobre o futuro do Ministério Público, centrada nos pilares de pessoas, estratégia/processos e tecnologias. A iniciativa busca criar um ambiente colaborativo onde participantes são estimulados a explorar ideias inovadoras, abordando como as tendências tecnológicas emergentes podem ser integradas para aprimorar o MP e sonhar como ele será no futuro. Combinando discussões, atividades práticas e brainstorming, a oficina visa equipar os participantes com visões e estratégias que preparem o MP para enfrentar os desafios e desenhar os possíveis futuros.

Rede Nacional de Inovação

A CPE realizou a primeira reunião da Rede Nacional de Inovação Digital no dia 5 de abril. A reunião, realizada pelo aplicativo *Teams*, contou com a participação de 58 integrantes da Rede, formada por membros e servidores dos ramos e unidades do Ministério Público, indicados pelos respectivos procuradores-gerais de Justiça ou procuradores-chefes.

Criada por meio da [Portaria CNMP- CPE nº 6/2024](#), em março deste ano, a Rede Nacional de Inovação Digital tem como objetivo a integração e a coordenação de esforços, a experimentação, o compartilhamento de boas práticas e a atuação colaborativa para resolução de problemas ou necessidades comuns às atividades do Ministério Público.

Saiba mais:

["Sem colaboração, não há inovação", diz presidente da Comissão de Planejamento Estratégico na primeira reunião da Rede Nacional de Inovação Digital](#)

CNMP disciplina procedimentos relativos a contratações de TI

Foi publicada no dia 9 de fevereiro, a [Resolução CNMP nº 283/2024](#), que disciplina, no âmbito do Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação.

A norma foi proposta pela CPE e prevê a instituição do Manual de Orientações Técnicas de Contratações de TI (MOTec) como instrumento de orientação e direcionamento à resolução, de observância obrigatória no Ministério Público.

Saiba mais:

[CNMP disciplina, no Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação](#)



Manual de Orientações Técnicas para contratações de TI no Ministério Público (MOTec)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) publicou no dia 5 de abril, o Manual de Orientações Técnicas (MOTec) para Contratações de Tecnologia da Informação (TI) no Ministério Público brasileiro.

O manual orienta os processos de trabalho das contratações de soluções de TI e soluções de inovação, principalmente quanto ao planejamento, seleção de fornecedores e gestão contratual.

O documento foi instituído pela Resolução nº 283/ 2024, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de soluções de tecnologia da informação.

Saiba mais:

[CNMP publica Manual de Orientações Técnicas para Contratações de Tecnologia da Informação \(TI\) no Ministério Público](#)



Inteligência Artificial Generativa na Atividade do Ministério Público: Limites e Possibilidades

A CPE realizou, entre os dias 10 e 11 de abril, a capacitação "Inteligência Artificial Generativa na Atividade do Ministério Público: Limites e Possibilidades" na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em Brasília.

Na oportunidade, foram realizadas palestras e oficinas que exploraram desde o pensamento computacional até a aplicação prática de ferramentas de inteligência artificial (IA) na escrita jurídica, como o *Chat-GPT* e *Cloud-AI*, com o objetivo de fornecer aos participantes uma compreensão abrangente sobre a adoção de práticas inovadoras e a implementação de tecnologias de IA no contexto do Ministério Público brasileiro, enfatizando como essas tecnologias podem ser aplicadas no trabalho diário.

Saiba mais:

[Conselho oferece capacitação sobre uso de tecnologias de inteligência artificial generativa no Ministério Público brasileiro](#)

[Uso de tecnologias de inteligência artificial generativa no Ministério Público foi tema de capacitação promovida pelo CNMP no MPDFT](#)

Contratações de TI e Inovação

A CPE, promoverá, nos dias 15 e 16 de maio de 2024, capacitação em contratações de TI e inovação, ocasião em que o tema será abordado considerando a perspectiva da Resolução CNMP nº 283/2024 e do Manual de Orientações Técnicas (MOTec) para Contratações de Tecnologia da Informação (TI) no Ministério Público brasileiro, além do compartilhamento da experiência prática do Tribunal de Contas da União em contratações inovadoras.

[Acesse a programação](#)

Conhecimento de iniciativas tecnológicas e de inovação

Com objetivo de conformar novas experiências do exercício da atividade finalística, especialmente no que se refere ao uso de ferramentas tecnológicas aptas a potencializar a efetividade da atuação ministerial, a CPE promoveu visitas técnicas institucionais aos Ministérios Públicos dos Estados do Piauí (24 de janeiro) e Ceará (20 e 21 de fevereiro).

A iniciativa faz parte da Estratégia Nacional do MP Digital, e tem por objetivo contribuir para a inovação digital no Ministério Público, por meio da coordenação de esforços, do compartilhamento de boas práticas e da atuação colaborativa entre os ramos e unidades

Saiba mais:

[Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP conhece 18 soluções tecnológicas do MPPI](#)

[MP do Ceará apresenta ao CNMP Programa de Transformação Digital desenvolvido pela instituição](#)



Planejamento Estratégico

A CPE divulgou, no dia 27 de fevereiro de 2024, o relatório final da primeira revisão do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP 2020-2029).

Entre outros destaques, o relatório apresenta os resultados quantitativos - quantidade de programas e ações para cada objetivo estratégico - e os resultados qualitativos - texto final dos programas e objetivos estratégicos priorizados para o triênio 2024-2026. Ao todo, foram compilados 35 programas e 93 ações.

[Leia aqui o relatório final da Revisão do PEN](#)

Saiba mais:

[Comissão do CNMP divulga relatório final da primeira revisão do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público para o decênio 2020-2029](#)



Acesse o portal do Prêmio CNMP, disponível no endereço eletrônico **<https://www.cnmp.mp.br/premio/>**.

Saiba mais:

[Prêmio CNMP 2024 está com inscrições abertas até 31 de maio](#)

Radar Estratégico

No dia 3 de março de 2024, a CPE divulgou os resultados do Radar Estratégico 2024 (ano-base 2023).

O índice geral de contribuição das unidades e ramos do Ministério Público ao Planejamento Estratégico Nacional (PEN 2020-2029) em 2023 foi de 66,51%, superando o registrado no ano anterior, de 64,66%.

Os dados estão disponíveis na página da CPE e são publicados no painel *Business Intelligence* (BI) do **[Radar Estratégico](#)**.

Saiba mais:

[CNMP divulga resultados do Radar Estratégico de 2024](#)

Prêmio CNMP

As inscrições de iniciativas (programas e projetos) para o Prêmio CNMP 2024 estão abertas até o dia 31 de maio.

Os projetos concorrerão em uma das nove categorias: I - Investigação e inteligência; II - Persecução penal e cível; III - Integração e articulação; IV - Transversalidade dos direitos fundamentais; V - Fiscalização das políticas e dos recursos públicos; VI - Diálogo com a sociedade; VII - Governança e gestão; VIII - Sustentabilidade; e IX- categoria especial.

O tema da categoria especial este ano será "tecnologias disruptivas ou emergentes", assim consideradas aquelas recentemente adotadas ou em fase de desenvolvimento, com grande potencial de promover mudanças significativas nos modelos atuais de operação das entidades públicas, a exemplo de *Blockchain*, Inteligência Artificial (IA) e Realidade Virtual (RV).



Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG)

A CPE, por intermédio e Políticas de Gestão Administrativa do Fórum Nacional de Gestão (CPGA-FNG), promoveu, nos dias 25 e 26 de março, o 1º Encontro Nacional de Boas Práticas em Gestão Administrativa do Ministério Público, na sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília/DF. Além de palestras com especialistas, o evento contou com estudos de caso e debates, com o objetivo de promover a troca de experiências entre os Ministérios Públicos e, assim, fomentar profícuas reflexões acerca dos principais desafios da área. A primeira edição do encontro abordou a gestão sob várias vertentes, conhecida como 360°, destacando ações inovadoras e de impacto que podem servir como referência para modernização da gestão administrativa no Ministério Público brasileiro.

Saiba mais:

[Começa o 1º Encontro Nacional de Boas Práticas em Gestão Administrativa do MP, promovido pelo CNMP](#)



[Acesse as atas das reuniões.](#)

Indicadores da atuação funcional e administrativa

Nos termos da [Resolução CNMP nº 74/2011](#), a CPE é responsável por coletar os dados relativos à gestão administrativa e atuação funcional dos Ministérios Públicos.

Assim, em atendimento a Resolução, a CPE procedeu ao levantamento dos dados da atuação funcional e administrativa dos Ministérios Públicos, respectivamente por meio do sistema CNMPInd e do questionário Radar Estratégico.

Os dados atualizados relativos ao ano-base 2023 estão disponíveis na ferramenta de *Business Intelligence* (BI) "**[Ministério Público: um retrato](#)**".

Saiba mais:

[CNMP divulga o relatório "Ministério Público: um retrato", com dados atualizados de 2023 sobre o Ministério Público brasileiro](#)

Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas

No dia 13 de março, aconteceu a primeira reunião em 2024 do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas do Ministério Público (CGNTU), na qual foram abordadas inserções de novos assuntos, movimentos e classes processuais, além de deliberações e questionamentos dos comitês estaduais das unidades e ramos do Ministério Público.

Saiba mais:

[Na primeira reunião ordinária do ano, Comitê Gestor Nacional de Tabelas Unificadas aborda inserções de novos assuntos, movimentos e classes processuais](#)